§ 2º - A AGEMSOROCABA contará, ainda, com Ouvidoria.
Artigo 7º - A Diretoria Técnica compreende:
I - Grupo de Planejamento;
II - Grupo de Gestão;
III - Grupo de Documentação Técnica e Informática.
Parágrafo único - Os Grupos previstos neste artigo têm nível de Departamento Técnico.
Artigo 8º - A Diretoria Administrativa compreende:
I - Centro Financeiro e Administrativo;
II - Núcleo de Recursos Humanos.
Parágrafo único - O Centro e o Núcleo previstos neste artigo têm níveis de Divisão Técnica e Serviço Técnico, respectivamente.

Artigo 9º - A Diretoria Executiva compõe-se de Diretor Executivo e de 2 (dois) Diretores Adjuntos, nomeados em comissão pelo Governador do Estado dentre pessoas de reconhecida capacidade técnica e administrativa.

Artigo 10 - Ao Diretor Executivo cabe gerir, coordenar, supervisionar e controlar as atividades da AGEMSOROCABA, em harmonia com as deliberações e normas do Conselho de Administração.

Artigo 11 - O Ouvidor será designado pelo Governador do Estado, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução, competindo-lhe receber sugestões e averiguar as queixas dos usuários contra o funcionamento da AGEMSOROCABA.

Parágrafo único - O Ouvidor deverá ter, necessariamente, domicílio eleitoral na Região Metropolitana de Sorocaba.

Artigo 12 - A AGEMSOROCABA submeterá ao Secretário-Chefe da Casa Civil, para aprovação do Governador, os planos e programas de trabalho, com os respectivos orçamentos, e a programação financeira anual relativa às despesas de investimentos, obedecidas as normas de desembolso de recursos fixadas pela Secretaria da Fazenda.

Artigo 13 - Ficam criados, na Tabela I do Subquadro de Cargos Públicos – SQ-CI, do Quadro da AGEMSOROCABA, enquadrados na Escala de Vencimentos – Comissão, instituída pelo inciso IV do artigo 12 da Lei Complementar nº 1.080, de 17 de dezembro de 2008, os seguintes cargos:

I - 2 (dois) de Diretor Adjunto, Referência 17;
II - 3 (três) de Diretor Técnico III, Referência 14;
III - 3 (três) de Assistente Técnico VI, Referência 13;
IV - 1 (um) de Diretor Técnico II, Referência 11;
V - 2 (dois) de Assistente Técnico III, Referência 9;
VI - 1 (um) de Diretor Técnico I, Referência 9;
VII - 1 (um) de Assistente Técnico IV, Referência 11;
VIII - 1 (um) de Assistente Técnico II, Referência 7;
IX - 2 (dois) de Assistente de Gabinete II, Referência 3;
X - 4 (quatro) de Assistente de Gabinete I, Referência 1.

Parágrafo único - Para provimento dos cargos de que trata este artigo serão observadas as exigências estabelecidas no Anexo IV, a que se refere o artigo 5º da Lei Complementar nº 1.080, de 17 de dezembro de 2008.

Artigo 14 - Fica criado, na Tabela I do Subquadro de Cargos Públicos – SQ-CI, do Quadro da AGEMSOROCABA, o cargo de Diretor Executivo, com vencimento mensal fixado na forma do artigo 36 da Lei Complementar nº 1.080, de 17 de dezembro de 2008.

Artigo 15 - Os cargos de que tratam os artigos 13 e 14 desta lei complementar serão exercidos em Jornada Completa de Trabalho, caracterizada pela exigência da prestação de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho.

Artigo 16 - Dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da publicação desta lei complementar, será editado decreto com a definição das atribuições das unidades da AGEMSOROCABA, as competências de seus dirigentes e as normas de relacionamento com outros órgãos integrantes das administrações regionais.

Artigo 17 - Para as aquisições, os serviços e as obras contratados pela AGEMSOROCABA serão observados os procedimentos licitatórios, nos termos da lei.

Artigo 18 - Os bens e direitos da AGEMSOROCABA serão utilizados para a realização de suas atribuições.

Artigo 19 - A alienação de bens patrimoniais, para atendimento da finalidade própria da AGEMSOROCABA, será subordinada à legislação que estabelece normas sobre licitação.

Artigo 20 - A AGEMSOROCABA fornecerá à Secretaria da Fazenda e à Casa Civil, quando solicitados, os documentos necessários ao controle de resultados e legitimidade.

Artigo 21 - Além dos servidores pertencentes ao seu Quadro de Pessoal, a AGEMSOROCABA poderá contar, para o desenvolvimento das suas atividades, com servidores afastados, com ou sem prejuízo dos vencimentos ou salários, dos cargos, funções-atividades ou empregos que ocupem.

Artigo 22 - Aplicam-se à AGEMSOROCABA os princípios da administração pública constantes dos artigos 37 e 39 da Constituição Federal e, no que não colidirem com esta lei complementar, as disposições do Decreto-lei Complementar nº 7, de 6 de novembro de 1969, com suas alterações posteriores.

Artigo 23 - Para atender as despesas decorrentes da aplicação desta lei complementar, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais especiais até o montante de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e proceder à inclusão, no orçamento do Estado, das devidas classificações orçamentárias.

Artigo 24 - Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Portanto, propomos a redação final supra ao Projeto de Lei Complementar nº 29, de 2015.

a) André Soares – Relator

Aprovado como parecer o voto do relator, propondo redação final.

Sala das Comissões, em 20/5/2015.

a) Célia Leão – Presidente

Célia Leão – Adilson Rossi – José Américo – André Soares – Carlos Cezar – Beth Sahnão – Campos Machado

PARECER NO 466, DE 2015 DA REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, DE ASSUNTOS METROPOLITANOS E MUNICIPAIS E DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO, SOBRE O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 29, DE 2015

Retificação

Leia-se como se segue e não como constou:

(...)

a) Célia Leão – Presidente

Célia Leão - Célia Leão - Célia Leão – Antonio Salim Curiati – Carlos Cezar - Carlos Cezar – Cezinha de Madureira - Cezinha de Madureira - Cezinha de Madureira – Edson Giriboni – Edson Giriboni – Edson Giriboni – Gilmaci Santos – Carlão Pignatari – Carlão Pignatari – Marta Costa - Marta Costa - Marta Costa – Teonílio Monteiro da Costa (com restrições pelo não acatamento das emendas apresentadas pelo PT) - Teonílio Monteiro da Costa (com restrições pelo não acatamento das emendas apresentadas pelo PT) – João Paulo Rillo (com restrições pelo não acatamento das emendas apresentadas pelo PT) – Márcia Lia (favorável com restrições pela rejeição das emendas 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8 e 9) - Márcia Lia (favorável com restrições pela rejeição das emendas 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8 e 9)

(Publicado no D.A.L. de 20/05/2015)

Comissões

ATAS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

ATA DA REUNIÃO ESPECIAL DE ELEIÇÃO DE PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO, PARA O PRIMEIRO BIÊNIO DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA

Aos seis dias do mês de maio de dois mil e quinze, às catorze horas e trinta minutos, no Plenário D. Pedro I da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Reunião Especial de Eleição de Presidente e de Vice-Presidente da Comissão de Constituição Justiça e Redação, para o Primeiro Biênio da Décima Oitava Legislatura, convocada nos termos regimentais, sob a Presidência, inicialmente, do Deputado Antonio Salim Curiati. Presentes a Senhora Deputada Célia Leão e os Senhores Deputados Marcos Zerbini, José Américo, Caio França, Carlos Cezar, Afonso Lobato, Gilmaci Santos, Milton Vieira, Rodrigo Moraes (membros efetivos). Ausentes os Senhores Deputados Professor Auriel, André Soares, Roque Barbieri. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, indagando se havia alguma indicação para o cargo de Presidente. Pela ordem, o Deputado Marcos Zerbini indicou o nome da Deputada Célia Leão. Não havendo discussão, foi aprovado por unanimidade, sendo convidada a assumir os trabalhos. A Senhora Presidente eleita, após agradecer a confiança nela depositada pelos seus pares, indagou se havia alguma indicação para o cargo de Vice-Presidente. Pela ordem, o Deputado Carlos Cezar indicou o nome do Deputado Caio França. A votos, sem discussão, foi aprovado por unanimidade. Após a manifestação do Deputado Caio França e dos demais parlamentares presentes, cumprimentando os eleitos, ficou determinado que as reuniões ordinárias deste órgão técnico serão realizadas às quartas-feiras, às 14h30. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente, após agradecer aos Senhores Parlamentares presentes e às assessorias, declarou encerrada a reunião, que eu Carlos Eduardo Barroco Massei, Analista Legislativo, secretariei, e da qual lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, foi dada por aprovada e segue assinada pela Senhora Presidente e por mim. Os trabalhos foram gravados pelo Serviço de Audiofonia, e a correspondente transcrição taquigráfica, tão logo concluída, integrará para todos os fins esta ata. Plenário D. Pedro I da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em seis de maio de dois mil e quinze.

Deputada Célia Leão
Presidente
Carlos Eduardo Barroco Massei
Secretário

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ATA DA REUNIÃO ESPECIAL DE ELEIÇÃO DE PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, PARA O PRIMEIRO BIÊNIO DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA

Aos doze dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, às catorze horas e trinta minutos, no Plenário José Bonifácio da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Reunião Especial de Eleição de Presidente e de Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura, para o Primeiro Biênio da Décima Oitava Legislatura, convocada nos termos regimentais, pelo Senhor Deputado Welson Gasparini. Presentes as Senhoras Deputadas Leci Brandão e Rita Passos e os Senhores Deputados Roberto Engler, Welson Gasparini, Aldo Demarchi, Adilson Rossi e Gilmaci Santos (membros efetivos). Ausentes os Senhores Deputados João Paulo Rillo, Professor Auriel, Rodrigo Moraes e Carlos Giannazi. Presentes, ainda, os Senhores Deputados Cauê Macris, Wellington Moura, Delegado Olim, Roberto Tripoli, Coronel Camilo e Carlos Cezar. Havendo número regimental, sob a presidência do Senhor Deputado Welson Gasparini, deu-se início aos trabalhos. O Senhor Presidente perguntou aos membros do Colegiado se havia a indicação de algum nome para o cargo de Presidente da Comissão. O Senhor Deputado Roberto Engler indicou o nome da Excelentíssima Senhora Deputada Rita Passos, membro efetivo da Comissão. O Senhor Presidente, após indagar sobre a indicação de mais candidaturas, colocou em votação o único nome indicado. Após deliberação unânime, nominalmente, dos demais membros efetivos presentes, o Senhor Presidente da reunião declarou eleita Presidente da Comissão de Educação e Cultura, para o período do Primeiro Biênio da Décima Oitava Legislatura, a Senhora Deputada Rita Passos, a quem convidou para assumir os trabalhos. A Senhora Presidente eleita, agradeceu sua indicação feita pelo Senhor Deputado Roberto Engler e o apoio e os votos dos demais membros efetivos da Comissão, bem como exaltou as atribuições da Comissão em prol da Educação e Cultura no Estado de São Paulo e externou seu compromisso enquanto Presidente da Comissão. Após receber os cumprimentos dos Senhores Deputados presentes, a Senhora Presidente perguntou aos demais membros efetivos, sobre a indicação de nomes para ocupar a Vice-Presidência da Comissão. O Senhor Deputado Roberto Engler indicou o nome da Excelentíssima Senhora Deputada Leci Brandão. A Senhora Presidente, colocou em votação o único nome indicado. Após deliberação unânime, nominalmente, dos demais membros efetivos presentes, a Senhora Presidente declarou eleita Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura, para o período do Primeiro Biênio da Décima Oitava Legislatura, a Senhora Deputada Leci Brandão, a quem convidou para assumir os trabalhos. A Senhora Deputada Leci Brandão, após receber os cumprimentos dos Senhores Deputados presentes, fez uso da palavra para agradecer o apoio e votação recebida de seus pares, enfatizou a importância dos trabalhos da Comissão, destacou o caráter suprapartidário de sua eleição e externou seu compromisso de trabalhar em benefício da Educação e Cultura do povo paulista. Encerradas as manifestações, a Senhora Presidente levou à deliberação dos presentes efetivos, o dia da semana e o horário para realização das reuniões ordinárias da Comissão. Decidido, com possibilidade de novas deliberações futuras, para as terças-feiras, quatorze horas. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente fez os agradecimentos finais e deu por encerrada a reunião, que eu, Maurício Nespeca, Analista Legislativo, secretariei, e da qual lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, foi dada por aprovada e segue assinada pelo Senhor Presidente e por mim, encerrando-se os trabalhos, que foram gravados pelo Serviço de Audiofonia e, tão logo concluída a correspondente transcrição, integrará esta ata para todos os fins. Plenário José Bonifácio, 12/05/2015.

Deputada Rita Passos
Presidente da Comissão
Maurício Nespeca
Secretário

Debates

15 DE MAIO DE 2015

40ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidente: JOOJI HATO e PROFESSOR AURIEL
Secretário: GILENO GOMES

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - JOOJI HATO
Assume a Presidência e abre a sessão. Saúda os alunos do curso de Cerimonial Público do Instituto do Legislativo Paulista, presentes nas galerias.
2 - RAMALHO DA CONSTRUÇÃO
Tece críticas às medidas de ajuste fiscal do governo federal, que a seu ver são prejudiciais aos trabalhadores, como as mudanças nos critérios para concessão de seguro-desemprego. Discorre sobre a alteração do fator previdenciário, aprovada na Câmara dos Deputados, à qual se mostra favorável.
3 - PRESIDENTE JOOJI HATO
Parabeniza a cidade de Monte Alto pelo seu aniversário.
4 - PROFESSOR AURIEL
Responsabiliza o governo estadual pela alta incidência de dengue em São Paulo. Faz comentários sobre a crise hídrica que atinge o Estado, com críticas à Sabesp. Reprova o tratamento dado pelo Executivo aos professores da rede pública, em greve há cerca de 60 dias.
5 - PROFESSOR AURIEL
Assume a Presidência.
6 - JOOJI HATO
Elenca casos de violência recentes ocorridos em São Paulo. Defende a instalação de câmeras de segurança em pontos estratégicos das cidades. Mostra-se contrário a projeto que propõe a liberação do uso de armas pela população, em tramitação no Congresso Nacional. Propõe a realização de blitze do desarmamento.
7 - JOOJI HATO
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
8 - PRESIDENTE PROFESSOR AURIEL
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 18/05, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembra a realização de sessão solene, hoje, às 20 horas, com a finalidade de "Comemorar o Dia do Islamismo". Levanta a sessão.
* * *
- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Jooji Hato.
* * *

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Gileno Gomes para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - GILENO GOMES - PSL - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.
* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, esta Presidência tem a grata satisfação de anunciar a presença dos alunos do Curso de Cerimonial Público do Instituto do Legislativo Paulista, coordenado pelo meu amigo Dr. Carlos Takahashi. Aliás, Dr. Takahashi é um dos que mais conhecem esta arte que é o Cerimonial. Ele comanda, com competência, vários eventos. Dr. Takahashi é funcionário desta Casa.

Parabéns, Dr. Carlos Takahashi, Prof. Takahashi. Recebam as boas-vindas deste Parlamento. Solicito uma salva de palmas aos ilustres visitantes. (Palmas.)

Tem a palavra o primeiro orador inscrito para falar no Pequeno Expediente nobre Roberto Engler. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Mauro Bragato. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Welson Gasparini. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Marcia Lia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Fernando Cury. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Edson Giriboni. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção, grande líder do sindicato dos trabalhadores da construção civil.

O SR. RAMALHO DA CONSTRUÇÃO - PSDB - Sr. Presidente deputado Jooji Hato, foi vereador, é médico, um grande parlamentar, um experiente político que muito tem contribuído para São Paulo e o Brasil; Sras. Deputadas e Srs. Deputados; telespectador da TV Assembleia; senhores colaboradores; senhores visitantes, venho à tribuna para comentar a vitória da derrubada do fator previdenciário na Câmara dos Deputados.

Sabemos que pela atual regra a maioria das pessoas se aposenta com 55% a menos do teto (dez salários-mínimos) e que depois de um certo tempo acaba ganhando apenas um salário-mínimo.

A matéria aprovada ontem com certeza terá o veto da Presidência da República. Mas pelo que está sendo comentado pela imprensa, abre-se caminho para uma negociação e encontre uma saída para esse fator previdenciário, que tem prejudicado muitas pessoas que, depois de trabalharem anos e anos, na hora que mais precisam de dinheiro, acabam recebendo quase nada quando se aposentam pela iniciativa privada. Sabemos que vai custar na ordem de 20 a 25 bilhões a mais.

Sabemos também que tem outras formas de taxar grandes fortunas, tirando dos grandes banqueiros que ganharam fortunas até com a estrutura do governo e dar um pouco disso às pessoas que trabalham a vida inteira.

Não vai ser fácil para o homem fazer 95 anos e a mulher 85 anos de idade porque a forma como foi aprovado vai somar o tempo de trabalho com o tempo de idade do trabalhador. De qualquer forma, hoje com essa instabilidade, a falta de emprego ter 60 anos e 35 anos de contribuição não vai ser fácil.

Sabemos também que hoje, Sr. Presidente Jooji Hato, V. Exa. que é médico sabe, com certeza, está aumentando os anos de vida no Brasil. Felizmente, somos já um País de idosos, isso vai contribuir para que esse aposentado tenha dinheiro razoável para que possa, no momento que precisa de mais médicos, de tudo, estar um pouco mais confortável e não depender exclusivamente da sua família.

O governo deveria cortar despesa. O Sr. Fernando Henrique Cardoso também disse no editorial do "Estadão", que é até possível governar sem popularidade, mas é difícil governar sem a credibilidade. O relatório do FMI diz isso, mostra que o Brasil está sem credibilidade. Isso é outra preocupação. Todos nós deveríamos pensar, sem atacar "a" ou "b", em criar uma condição de credibilidade para administrar o Brasil.

Perdemos a MP 664. As viúvas ficaram sem aposentadorias, o que era previsto. Na semana passada, perdemos a MP 665, que trata de seguro desemprego. Isso mexeu barbaramente no seguro desemprego.

A cada dia que passa, o governo estrategicamente tira um pouco de quem trabalha no Brasil. Já não basta que o nosso salário é mais baixo do mundo? Já não basta que hoje vivemos sem saúde, sem segurança a Deus dará? Ainda temos que enfrentar essa condição do seguro desemprego, que pouca gente, depois que isso passar a vigorar, vai receber esse seguro, porque o trabalhador terá que fazer um curso. Em nenhum momento da lei, da Medida Provisória, nem das emendas garante um local para um trabalhador fazer o curso. Se ele não encontrar onde fazer o curso, não tem outra coisa a não ser ficar sem emprego, o que é lamentável.

O Serra tirou isso do papel há várias décadas, mas não só ele, com o apoio de vários deputados. Parece que, no apagar das luzes, os trabalhadores perderam a condição de ter como amparo receber o seguro desemprego.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre deputado Rafael Silva. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Caio França. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Gil Lancaster. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Orlando Bolgone. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ed Thomas. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ricardo Madalena. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Reinaldo Alguiz. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Abelardo Camarinha. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Beth Sahnão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Professor Auriel.

Antes, esta Presidência gostaria de parabenizar, em nome de todos os deputados desta Casa, a cidade de Monte Alto, que hoje faz aniversário. Desejamos sucesso, desenvolvimento e qualidade de vida aos seus municípios. Contem com a Assembleia Legislativa. Comemorem com muita paz, saúde, harmonia e segurança.

O SR. PROFESSOR AURIEL - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, servidores da Casa e, especialmente, população do estado de São Paulo.

É com muito pesar que vemos medidas muitas vezes impopulares, como essa que trata da questão das aposentadorias, da questão das pensões. Ficamos entristecidos com a situação em que se encontra o País.

Vou adiante. Acho que no estado responsável por 40% da riqueza produzida no País, o estado de São Paulo, é lamentável a situação em que se encontram os municípios do Interior e muitos próximos à Capital também. Recentemente eu visitei Barra Bonita, uma cidade que, como o nome diz, é muito bonita. Andei por lá, por Piracicaba e por outras cidades e vi grande desemprego naquela região por falta de infraestrutura em ligação de uma cidade a outra. Gostaria de deixar o meu pesar, porque é inadmissível que um governo tão rico como o do estado de São Paulo não faça as intervenções necessárias.

Neste exato momento, infelizmente, os professores, que há mais de 60 dias estão em greve, estão no vão do Masp lutando para garantir os seus sustentos. Muitos deles ganham um salário insignificante de 724 reais por 25 horas semanais. É um piso muito abaixo do piso nacional, que é de dois mil reais.

Vemos também que há 760 mil casos de dengue em todo o País, sendo que só no estado de São Paulo já tem quase 500 mil pessoas infectadas pelo mosquito por falta de estrutura, por falta de planejamento desse governo do PSDB que está há mais de 20 anos dominando o Estado.

Não vemos nenhuma ação do governo para melhorar a questão da água. Os anos passaram e não investiram nisso. A Sabesp, ano passado, teve uma arrecadação, só para seus acionistas, de mais de quatro bilhões de reais, mas não houve investimento em manutenção. A perda de água em nosso Estado é em torno de 40 por cento.

Gostaria que o governador olhasse para essas questões. Fico muito entristecido porque não vejo nenhuma ação concreta do Governo do Estado para melhorar a questão da água, das represas, dos mananciais e, principalmente, fazer com que tenhamos uma grande obra para melhorar a infraestrutura e as condições de vida do povo de São Paulo, que mais uma vez irá passar um ano muito difícil, sem água. Vimos que Itu e várias cidades do Interior ficaram sem água na cidade de Guarulhos, que já sofre racionamento. A capital de São Paulo e muitas cidades que são abastecidas pelo sistema Cantareira não têm água suficiente para atender a demanda. Já estão utilizando os reservatórios, o segundo volume de água morto, e irão continuar. E não vemos nenhuma ação deste Governo, que é inerte.

Este governo também não trata bem a questão da Segurança pública. Não vejo por que ele está aqui. O governo do estado de São Paulo é cego. Não há uma CPI para investigar a questão do Trensulão no estado de São Paulo, o que é uma vergonha. E os deputados desta Casa, infelizmente, comportam-se como se nada estivesse ocorrendo.

Na hora da eleição, os deputados pedem votos, mas na hora de fiscalizar o governo do estado de São Paulo, que é inerte e não tem feito nada pela população... O povo parece não enxergar essas coisas. Gostaria de deixar minha moção de repúdio em relação a tudo isso.

Sairei daqui e irei ao movimento de greve dos professores, porque são eles que levam a Educação aos nossos filhos e às crianças do nosso Estado. Os professores precisam receber o apoio desta Casa.

Muito obrigado e boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tem a palavra a nobre deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado André do Prado. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato. (Na Presidência.) Tem a palavra o nobre deputado Antonio Salim Curiati. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Celso Giglio. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Turco. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Raul Marcelo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Adilson Rossi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Marcos Martins. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Fernando. (Pausa.)

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Professor Auriel.

* * *

O SR. PRESIDENTE - PROFESSOR AURIEL - PT - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tem a palavra a nobre deputada Analice Fernandes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Afonso Lobato. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Carlos Gondim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Geraldo Cruz. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Marta Costa. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Atila Jacomussi. (Pausa.)